

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Capacitação de 2025 (CT-EA)

| | |
|--------------------------------------|---|
| Grupo de Trabalho: | GT-Plano de Capacitação |
| Reunião: | 2ª Reunião de 2025 |
| Data: | 03/09/2025 |
| Local: | Videoconferência – <i>Google Meet: meet.google.com/yjk-szcr-dwz</i> |
| Assunto(s) em discussão: | Apresentação, discussão e encaminhamentos do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o ciclo 2026–2030. |
| Pauta: | <ol style="list-style-type: none">1. Abertura;2. Apreciação da minuta do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ - período 2026 a 2030;3. Outros assuntos;4. Encerramento. |
| Conclusões e Encaminhamentos: | <p>A reunião foi aberta pela coordenadora-adjunta da CT-EA, Sra. Adriana Sacioti Marcantonio (APTA/SAA), que agradeceu a presença de todos. Na sequência, foram apresentados e discutidos os principais aspectos relacionados à construção do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período de 2026 a 2030, ressaltando-se que se trata de um instrumento de caráter transitório, voltado à validação e aprovação das diretrizes que subsidiarão a elaboração de nova deliberação dos Comitês PCJ. A Sra. Katia Gotardi, (Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ) contextualizou que, anteriormente, já havia ocorrido reunião com o Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Denis Herisson da Silva, e que uma minuta preliminar do Plano foi encaminhada à CT-EA para leitura, com posterior encaminhamento ao Grupo de Trabalho para Integração de Ações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (GT-Integral) da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Informou que o Plano terá duração de cinco anos, com o objetivo de atender às exigências relacionadas às metas do componente II do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês), às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e às normativas que regem a disponibilização de recursos financeiros. Destacou-se, ainda, que o Plano busca ampliar o conhecimento técnico e institucional do colegiado, contemplando ações de capacitação previstas no Plano de Bacias PCJ e estratégias mapeadas no Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. No âmbito da execução das ações formativas, foi destacada a atuação da Escola da Água e Saneamento do Consórcio PCJ na realização de treinamentos e capacitações. O conjunto de ações previstas envolve processos formativos, campanhas orientativas, produção de material educativo, treinamentos, oficinas e rodas de conversa, com foco na educação, integração e difusão de pesquisas e tecnologias, ampliando a discussão sobre a gestão dos recursos hídricos. Foram mencionados projetos em andamento que se articulam diretamente com o Plano de Capacitação, como o “Jovem, vem para o PCJ” e o “Propriedade Rural Amiga da Água”. Este último envolve a atuação da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), por meio da elaboração de cartilha e do mapeamento de ações relacionadas a boas práticas agropecuárias, contemplando temas como conservação e uso do solo, proteção de mananciais e a integração dessas práticas à gestão dos recursos hídricos. Também foi ressaltada a relevância de projetos voltados à aproximação entre os Comitês PCJ, os três poderes e lideranças comunitárias, identificados como oportunidades estratégicas de diálogo institucional, inclusive com as Câmaras Municipais. Nesse contexto, foi enfatizada, pelo Sr. Denis, a importância de deixar claro que os vereadores não atuam como representantes dos municípios nos Comitês PCJ. Em relação às ações educativas, foi registrado que o projeto voltado aos educadores foi amplamente debatido ao longo de 2024, porém a parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC) não foi efetivada. Como alternativa, foi indicada a utilização de material educativo no formato de jogo RPG, sendo informado, pela Sra. Kátia</p> |

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Capacitação de 2025 (CT-EA)

| | |
|----------------------------------|---|
| | que o respectivo Termo de Referência para contratação encontra-se em elaboração. Por fim, foi reforçado que a capacitação dos membros é considerada estratégica, uma vez que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos adota metodologia que relaciona o percentual de representantes capacitados à pontuação atribuída aos Comitês, com implicações diretas na distribuição de recursos do FEHIDRO, especialmente aqueles provenientes da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Foi informado que o Plano de Capacitação será submetido ao GT-Integração, à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e, posteriormente, à Plenária dos Comitês PCJ, conforme os trâmites institucionais estabelecidos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. |
| Próxima reunião: | - |
| Observações: | - |
| Responsável pela redação: | Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA) |

| Participantes – Nome completo (Entidade) | |
|--|--|
| 1 | Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA) |
| 2 | Andréa Borges (Consórcio PCJ) |
| 3 | Stefani Barros (Agência PCJ) |
| 4 | Gabriel Sobreira (Agência PCJ) |
| 5 | Kátia Gotardi (Agência PCJ) |
| 6 | Denis Herisson da Silva (SE/PCJ) |
| 7 | Patrícia Barufaldi (Agência PCJ) |
| 8 | Fernanda Martins Gonzaga de Oliveira (P.M de Limeira) |
| 9 | Daniel Ramos (Agência PCJ) |
| 10 | Flávia Izaura Camargo Pinto (P.M. de Louveira) |
| 11 | Denise Maria Assis de Rezende (P.M de Vinhedo) |
| 12 | Rosângela A. Martins Nogueira Grigolletto (Sec. Educação de Vinhedo) |